

Clínica psicológica e políticas públicas: um olhar voltado para deficientes auditivos

Psychological clinic and public policies: a looking at hearing disabilities

DOI:10.34119/bjhrv4n2-252

Recebimento dos originais: 01/03/2021

Aceitação para publicação: 01/04/2021

Leidiane Carvalho de Aguiar

Acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Inta UNINTA
Rua Floriano Peixoto- Centro Sobral-CE
leidianepsi15@gmail.com

Henrique Riedel Nunes

Doutorando
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Avenida Prof. Saboya, 148, apto 304, Junco, Sobral-CE
henriquieriedel@gmail.com

Benedita Nádia Silva Pereira

Acadêmica de Psicologia, Centro Universitário Inta UNINTA
Rua Professora Artemísia .n:858 Bairro Coahb II
nadia.ester@ymail.com

Francisca Telma Vasconcelos Freire

Superior Completo
Universidade Estadual Vale do Acaraú
Rua Júlio Ribeiro Dias, 397- Bairro Campo dos Velhos - Sobral
telma007@hotmail.com

Francisco Bruno Rocha Sousa

Acadêmico de Psicologia
Centro Universitário Inta UNINTA
Rua Eurípedes Ferreira Gomes, 725
brunosousapsi@gmail.com

Edileuza Lima Freire

Especialista
Centro Universitário Inta UNINTA
Rua Coronel Frederico Gomes, 1153, centro Sobral Ceará
edileuza_sbc@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre a questão da clínica psicológica é um assunto que implica diversos princípios, dentre eles o de caráter histórico e cultural. Assim, este âmbito desde muito

cedo é percebido como herdeiro do saber médico, no qual cabe ao profissional medicalizar, tratar e curar. Desta maneira, a clínica psicológica esteve por um bom tempo distante das questões voltadas para o psicossocial (SILVA, 2016).

Segundo Guerra (2002), Freud e a psicanálise são responsáveis pelo deslocamento da prática fundamentada no olhar (sobre o fenômeno) para a prática fundamentada na escuta (do metafenomenal). Ou seja, a práxis da clínica psicológica ganhou um olhar voltado para a demanda do sujeito e não necessariamente para a patologia em si.

A psicanálise surge no contexto de reorganização de formas de viver, nos novos espaços e modos de produção resultante da Revolução Industrial em meados do século XIX, decorrente da necessidade de compreender uma nova organização subjetiva do indivíduo, logo desde seu início a psicanálise traz consigo a preocupação de se ocupar de todas as expressões e singularidades humanas (SILVA; MICHELS; MACEDO, 2015).

Dentre este contexto acima, adentramos sobre aspectos que nomearam rumos para a clínica psicológica, sendo que ao decorrer deste manuscrito temos como objetivo focalizar assuntos sobre o ingresso da psicologia clínica nas políticas públicas de saúde, entendendo como esta se popularizou no âmbito psicológico. E, adiante, levantar questionamentos sobre a política pública para atender a comunidade surda, a princípio temos a lei que emerge, inicialmente, e é popularmente chamada de “Lei da Libras”, a Lei nº 10.436/02, esta é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras (SOUSA, 2018).

Corroborando com isso, temos o Decreto Lei nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, este capítulo pontua sobre a garantia do direito à saúde das pessoas Surdas ou com deficiência auditiva", determina que, a partir de 2006, o atendimento às pessoas Surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), deve ser colocado em prática (IANNE; PEREIRA, 2009).

Sendo assim, o que é perceptível é o fato de que mesmo com os avanços científicos e sociais, ainda há uma escassez de ações e conscientização voltada para esse público. O que nos faz refletir sobre questões éticas, políticas e os papéis e serviços destes profissionais e da saúde pública.

2 MÉTODO

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho é de cunho qualitativo. Pensar em fazer este escrito sobre a Clínica psicológica no contexto das

políticas públicas e buscar mais conhecimento e teoria sobre, fez-nos chegar a referenciais bibliográficas bastante cativadores.

O trabalho será desenvolvido utilizando recursos referenciais históricos, como o artigo intitulado: “A clínica psicológica no contexto das políticas de saúde mental no Brasil” (ZURBA, 2015), como também “As dificuldades do Psicólogo no atendimento a pessoa com Deficiência Auditiva” (SANTOS e ASSIS 2015), descrevendo assim a evolução científica no que diz respeito ao alcance das políticas públicas, e posteriormente o Livro intitulado “Psicologia e Políticas Públicas na saúde: Experiências, Reflexões, Interfaces e Desafios” (POLEJACK *et al*, 2015).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No sentido de investigar e absorver mais conhecimentos sobre a clínica psicológica no contexto das políticas públicas, no que diz respeito à sua forma e contextualização de se dispor e se dicotomizar no reflexo social, é de suma importância uma base fundamental para análises que tem como principal ênfase o conhecimento direcionado no fazer da clínica psicológica, adentrando assim as contribuições de políticas públicas e se estas contribuições chegam aos deficientes auditivos com práticas inclusivas. Nesse contexto é necessário introduzir postulando os princípios da clínica e suas interfaces sociais.

Falar em Clínica Psicológica nos faz dialogar com saberes da Medicina, da qual se pode entender como herdeira, pois esta se fez presente em sua emancipação. Porém esse saber se confrontou com algumas ideias diferentes de alguns autores, havendo assim uma superação desta práxis que se referencia no diagnóstico. Nesse sentido, surgem os princípios clínicos que tornaram possível uma concepção do ser humano de maneira mais ampla, não somente em seu estado de patologia ou mesmo de diagnóstico, já que o saber médico se propunha a medicalizar, ou mesmo a considerações patologizantes (FRANÇA, 2017).

Assim, podemos contar com a contribuição de Sigmund Freud que mesmo sendo médico buscava outra visão de entender o ser humano.

Muitos são os avanços introduzidos por Freud na clínica psicológica, tais como: a mudança do paradigma da observação para o da escuta, a importância da resistência e, em última instância, a perspectiva de tratar o cliente como um sujeito de sua história de adoecimento, e não como mero objeto. No entanto, a clínica psicanalítica freudiana introduz a questão do segredo como força motriz do processo terapêutico; assim, essa clínica se enquadra em moldes

individualistas. O paradigma da psicoterapia como espaço do segredo fortalece o imaginário de que a clínica mais efetiva para tratar os sofrimentos psíquicos seja a clínica individual. (MOREIRA, 2007, pp.03)

Muitos foram os estudos e paradigmas enfrentados para se chegar ao campo de atuação que a psicologia se encontra atualmente na qual desde o final do século passado e ainda no início deste século. Presenciamos, no País, um aumento considerável das áreas de atuação da Psicologia, o que evidencia uma ampliação de seus locais de trabalho: o psicólogo torna-se presença cada vez mais constante nos sistemas de saúde pública (BORGES, 2013).

A clínica psicológica no contexto das políticas de saúde mental no Brasil, esteve atrelada a questões políticas e de mercado, sendo acessível a serviços elitistas, o que de fato nos faz refletir a necessidade de populações mais vulneráveis terem acesso a tal serviço (ZURBA, 2015).

Ao falar sobre as transformações na psicologia no contexto brasileiro e o profissional psicólogo, deve-se levar em consideração as transformações e as necessidades que surgem no âmbito profissional, como, por exemplo, o atendimento às pessoas com deficiência auditiva, sendo que é importante perceber os desafios encontrados por essas pessoas (CAMARGO; JÚNIOR; LEITE, 2017).

Bisol e Perb (2010) questionam que a medicina e a psicologia possuem um papel importante em definir o que é normalidade e patologia, as pessoas surdas então possuem um desvio da normalidade, são consideradas deficientes e, portanto, com baixa capacidade de comunicação. Será que isso impediria um tratamento psicológico? A grande maioria dos surdos não possui ou nunca teve acesso aos serviços psicológicos, seja por condições financeiras, ou unicamente porque o Sistema Único de Saúde ou políticas públicas precariamente oferece este tipo de atendimento.

A oferta é precária, sem profissionais capacitados para essa especialidade, pois raros são os psicólogos que têm interesse por esse novo desafio de aprendizagem da língua de sinais, mesmo sendo indispensável ao trabalho terapêutico com os surdos (GONÇALVES, 2011).

Diante disso, podemos perceber que mesmo com alguns avanços significativos em relação a acolhida para surdos tais como o ensino com Libras, língua oral exclusiva ou bilinguismo, isso não se pratica com tanta efetividade ou mesmo acessibilidade. Assim é perceptível que por muitos psicólogos não possuem habilidades com a língua de sinais, acabam utilizando o intérprete.

Contudo, Piret (2007) afirma que o intérprete, por não possuir uma formação técnica de como se familiarizar com o mundo das formações do inconsciente, os fragmentos do discurso, os relatos e as situações expostas na psicoterapia, pode afetar suas condições psíquicas, dependendo da sua história de vida e da sua vivência pessoal, já que a palavra do paciente só será traduzida para o terapeuta via subjetividade do intérprete.

Com isso, pode acabar comprometendo o contrato terapêutico entre terapeuta/paciente, bem como o sigilo profissional do psicólogo, que deve ser cumprido além do respeito ao indivíduo, aos direitos fundamentais à igualdade, integridade, eliminando quaisquer formas de negligência. Assim, é necessário reconhecer a diferença cultural do povo surdo, e perceber a cultura por meio do reconhecimento de suas diferentes identidades, histórias, subjetividades, línguas, a valorização de suas formas de viver e de se relacionar, de modo a retirar essas pessoas da invisibilidade/exclusão (STROBEL, 2008).

Nesse sentido, se pode perceber que na rede de atenção privada que diz respeito a clínica psicológica ainda é notável essa precariedade de atendimento a surdos. E posteriormente em decorrência disso é considerável que a rede de atenção pública em saúde para estes mesmos permanece em difícil acesso. Muitos são os direitos, mas pouco é o conhecimento dos cidadãos e profissionais, e por conta disso não são colocados em prática.

Os desafios enfrentados pelos surdos no atendimento psicológico são imensuráveis, a falta de comunicação direta como o psicólogo dificulta a identificação do problema, o desenvolvimento de um diagnóstico, e ainda a presença de uma terceira pessoa no papel de intérprete de Libras pode inibir a pessoa surda. Ressalta-se a importância do atendimento a comunidade surda, por um profissional habilitado, que saiba se comunicar com o surdo, que conheça a língua brasileira de sinais – (LIBRAS) (CATTALINI; FORNAZARI, 2007).

4 CONCLUSÃO

O desfecho desta experiência bibliográfica conduziu a pesquisa para uma questão de extrema relevância que foi unânime para os autores, a saber, a oportunidade de compreensão epistemológica da clínica psicológica e as contribuições do fazer médico, ainda que este saber se propunha a entender o indivíduo em sua contextualização doentil.

No entanto, essa compreensão implicou a uma nova ciência que busca entender o ser humano em suas perspectivas emocionais e de entendimento pessoal: a Psicologia. Posteriormente, a partir destes embasamentos históricos foi destacada a contribuição da clínica psicológica pensando também no âmbito das políticas públicas, tendo como alvo a especificidade das pessoas com deficiência auditiva.

Tal aspecto nos fez refletir que ainda há muitas dificuldades para o psicólogo clínico atender essa demanda, como também é necessário investir e pôr em prática a acessibilidade das políticas públicas para este público, tais como o ensino de Libras. Por fim, esperamos que este estudo possa contribuir para novas pesquisas e discussões que permitirão reconhecer a importância da qualificação do psicólogo como também de ações públicas no atendimento do portador de deficiência auditiva.

Assim vale ressaltar, que este estudo corrobora a necessidade de maiores pesquisas de campo na área, visto a escassez de artigos perante a uma temática tão necessária. Esse levantamento de dados e de literatura, poderá servir como base para uma futura pesquisa de campo, a fim de aumentar essa carência de publicações na área.

Palavras-chave: Política Pública, Deficiência Auditiva, Psicologia.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. (1996) *A Formação do Espírito Científico*. (Estela dos Santos Abreu, trad.) Rio de Janeiro: Contraponto. (Originalmente publicado em 1938).
- BISOL, C. S.; PERB, T. M. Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 07-13, 2010.
- BORGES, C.Vicente. Desafios para o futuro da Psicologia: contribuições da Psicologia na construção do conhecimento no século XXI. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 33, n. spe, p. 14-23, 2013
- CAMARGO, Mário Lázaro; GOULART JUNIOR, Edward; LEITE, Lúcia Pereira. O Psicólogo e a Inclusão de Pessoas com Deficiência no Trabalho. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 37, n. 3, p. 799-814, Sept. 2017.
- CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A.; PORTO, C. C. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 578-583, 2008.
- CATTALINA, FORNAZARI S.A., A experiência no tratamento psicológico com pessoas surdas: um estudo de caso. Centro universitário católico salesiano. Aucilium - UNISALESIANO/Luns, SP, 2007.
- FRANÇA,V.N. Da clínica a gestão:uma política para os Capsi do DF.Instituto de Psicologia, Brasília,2017.
- GONÇALVES, Paulo César. 2011. Disponível em: www.psisurdos.blogspot.com.
- IANNI, Aurea; PEREIRA, Patrícia Cristina Andrade. Acesso da comunidade surda à rede básica de saúde. *Saude soc.*, São Paulo, v. 18, supl. 2, p. 89-92, June 2009.
- MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho and NEVES, Edwiges de Oliveira. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2007, vol.27, n.4, pp.608-621.
- NEUBERN, M. Psicoterapia, dor e complexidade: construindo o contexto terapêutico. *Psicologia: Teoria & Pesquisa*, v. 26, n. 3, p. 515-523, 2010.
- NEUBERN, M. Complexidade e psicologia clínica. Desafios epistemológicos. Brasília: Plano, 2004
- Polejack, *et al.* Psicologia e políticas públicas na Saúde: experiências, reflexões, interfaces e desafios, Porto Alegre: Rede Unida, p.440, 1ª ed 2015
- PIRET, B. A consulta psicoterápica com intérprete: vantagens, dificuldades e limites. [S.l: s.n.], 2007.

SANTOS, J.F.; ASSIS, M.R. As dificuldades do psicólogo no atendimento a pessoa com deficiência auditiva *Conexões psi*, v. 3, n. 1, p. 23-33, jan./jun. 2015.

SILVA, K.C.B. O discurso médico-psicológico na configuração do campo da Educação Especial. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 10, n. 1, p. 69-87, 2016.

SILVA, Fernanda Cesa Ferreira; MICHELS, Róger de Souza; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. *Psicanálise e Saúde Pública: Construindo Possibilidades*. 2015.

SOUSA, G.P.C.S. Lugares, trajetos e desafios: processos de formação de uma professora de discentes surdos no ensino superior. Programa de pós educação em educação, 2018.

YAMAMOTO, O. H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37.

ZURBA, M.C. (2011) A história do ingresso das práticas psicológicas na saúde pública brasileira e algumas considerações epistemológicas. *Memorandum* 20, p.105-122.